



**ORDEM DO DIA  
PARA A 23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 15 DE MAIO DE 2018**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 361, de 2009, de autoria do deputado Marcos Martins. Obriga que nos editais de licitações e nos contratos de obras públicas se registre a obrigatoriedade de cumprimento da Lei Estadual 12.684, de 2007, que proíbe o uso do amianto em território paulista. Parecer nº 2142, de 2009, da Comissão de Justiça, favorável com emenda. Parecer nº 2143, de 2009, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto e à emenda.

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1170, de 2014, (Autógrafo nº 32218), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Altera a redação dos artigos 5º e 6º da Lei nº 10.848, de 2001, que dispõe sobre o registro e funcionamento de estabelecimentos de ensino e prática de modalidades esportivas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 511, de 2015, (Autógrafo nº 31431), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento nas lojas de operadoras de telefonia fixa e celular. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1193, de 2015, (Autógrafo nº 31780), vetado totalmente, de autoria do deputado Wellington Moura. Dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de serviços de telefonia fixa e móvel e das operadoras de TV por assinatura divulgarem e manterem estabelecimento físico em cada cidade do Estado para atendimento presencial ao consumidor. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 420, de 2016, (Autógrafo nº 31809), vetado totalmente, de autoria do deputado Márcio Camargo. Torna obrigatória a comercialização ou disponibilização de bebidas dietéticas em eventos esportivos e shows culturais ou esportivos voltados ao público em geral

e nos locais dos eventos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 588, de 2016, (Autógrafo nº 32219), vetado totalmente, de autoria do deputado Davi Zaia. Dá a denominação de "Altamir Lautenschlager" a passarela de pedestres localizada no km 163 da Rodovia Constantine Peruchi (SP-316), em Cordeirópolis. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 772, de 2017, (Autógrafo nº 32172), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Dispõe sobre a afixação de placas informativas nas unidades públicas e privadas de saúde, sobre a adoção de nascituro. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 844, de 2017, (Autógrafo nº 32173), vetado totalmente, de autoria do deputado José Américo. Proíbe as operadoras de televisão por assinatura que operem no Estado de cobrar o sinal emitido por ponto adicional. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 887, de 2017, (Autógrafo nº 32184), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Kaká. Obriga os estabelecimentos bancários a divulgar às pessoas físicas o direito de opção das contas dos tipos corrente, poupança e digital, com rol de serviços essenciais, sem cobrança de tarifas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 304, de 2012, de autoria da deputada Leci Brandão. Torna obrigatória a informação sobre cor ou identificação racial em todos os cadastros, bancos de dados e registros de informações assemelhados, públicos e privados, no Estado. Pareceres nºs 1137, 1138 e 1139, de 2013, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favoráveis.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1379, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dispõe sobre a implantação permanente da "Operação Verão". Pareceres nºs 1040, 1041 e 1042, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 854, de 2016, de autoria do deputado Marcos Damasio. Autoriza o Governo do Estado a implantar Centros

de Alta Resolutividade (CARE) - nos moldes do implantado no Hospital Pérola Byington - para o diagnóstico do câncer de mama em hospitais regionais estratégicos. Pareceres n.ºs 1738, 1739 e 1740, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.